



Economia

Colarinhos apertados

EVASÃO FISCAL Ganha corpo um movimento mundial para conter o envio de dinheiro aos paraísos fiscais. O Brasil adere

POR ANDRÉ BARROCAL

MILIONÁRIOS brasileiros figuram entre os clientes preferenciais da filial do banco HSBC na Suíça. E não somente eles. Sonegação, tráfico, corrupção, não importava a origem, fortunas do mundo inteiro, incluídas as nativas, sempre foram bem-vindas no sopé dos Alpes. Mas a revelação do chamado SwissLeaks mostra uma mudança. O escândalo não serviu apenas para constranger a turma do dinheiro escondido. É mais um indício de que os bons tempos passaram.

Desde 2014 ganha corpo um movimento mundial, estimulado pela crise de 2008, de combate à evasão e outros crimes. E o Brasil integra esse esforço. A proposta de troca de informações financeiras entre nações espalha-se com a negociação de tratados globais. O intercâmbio tentará coibir a sonegação e aumentar a justiça social embutida na taxa. As informações coletadas poderão ser aproveitadas até em investigações criminais, algo incomum na tradição internacional.

O modelo global de troca de informações (CRS, em inglês) está pronto. Bancos, fundos, corretoras de valores e seguradoras terão de entregar ao Fisco do país em que atuam relatórios anuais sobre as contas de estrangeiros, com nome, CPF ou CNPJ do cliente, número e saldo. Os registros serão compartilhados entre as nações sem a necessidade

de autorização judicial. De posse dos dados, as respectivas receitas federais poderão verificar se um contribuinte declarou o capital guardado no exterior e se pagou o imposto devido. Esse modelo inspira-se em uma lei norte-americana de 2010 e vigente desde julho de 2014, conhecida como Fatca. Instituições financeiras com negócios nos Estados Unidos estão obrigadas a informar às autoridades sobre capitais depositados por norte-americanos fora do país. Quem não o fizer, corre o risco de perder 30% dos pagamentos recebidos de órgãos públicos.

Para a lei emplacar, os EUA firmaram acordos bilaterais com vários países. É uma tentativa de afastar alegações dos bancos de que não poderiam legalmente repassar os dados solicitados por causa da legislação em outras nações. O Brasil fechou a parceria em setembro de 2014. A Receita em breve divulgará uma norma para orientar as instituições financeiras sobre os procedimentos necessários. O

**Em setembro
passa a vigorar
um acordo
de cooperação
com os EUA**

País relatará aos EUA as contas de norte-americanos no Brasil com saldo mínimo de 250 mil dólares, de junho de 2014 em diante. E vice-versa. O intercâmbio começa em setembro deste ano. O Fisco terá informações disponíveis para analisar as declarações de Imposto de Renda de 2016. “O espaço para desvio de conduta será bastante reduzido”, afirma o secretário da Receita, Jorge Rachid. Segundo ele, espera-se “uma mudança de paradigma de comportamento” dos contribuintes. Sobre tudo de quem tem dinheiro, já que “a grande massa não será atingida”.

Para entrar em vigor, o acordo precisará ser aprovado pelo Congresso até setembro. Por seu conteúdo, não seria surpresa encontrar resistências, embora a Casa não tenha se manifestado até agora. O texto tramita em regime de urgência. Outro convênio, para estabelecer o intercâmbio com dezenas de nações de uma só tacada, também avança na Câmara dos Deputados. Firmada em 2011, a Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em Assuntos Tributários chegou a 86 países signatários, o Brasil entre eles, com a adesão de El Salvador na segunda-feira 1º. Até os paraísos fiscais parecem dispostos a colaborar. Vários integram o grupo, entre eles Suíça, Ilhas Cayman, Ilhas Jersey e Luxemburgo.

Segundo um censo anual do Banco Central, indivíduos e empresas

ILUSTRAÇÃO: ESTELLA MARIS. FOTOS: ISTOCKPHOTO





TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 39

Delfim Netto. Um programa econômico de 45 anos contém diretrizes para os tempos atuais



Economia

residentes no Brasil guardam 390 bilhões de dólares no exterior. A quantia em paraísos fiscais, longe das vistas das autoridades, é ainda maior. Nas estimativas de uma ONG inglesa, a Tax Justice Network, seriam 520 bilhões. Presidente do Sindifisco, sindicato dos auditores da Receita, Claudio Damasceno traça o perfil médio dos depositantes: sonegadores, empresários, corruptos, corruptores, traficantes e contrabandistas.

O modelo de troca global de informações foi desenhado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a pedido dos líderes do G-20, clube das nações mais ricas do planeta. Em setembro de 2014, em reunião na Austrália, os ministros das Finanças do G-20 decidiram começar o intercâmbio em 2017. A OCDE anda otimista com os desdobramentos. Em recente relatório sobre o panorama em 2014, apontou avanços “inimagináveis há cinco anos”, e renunciou: “Não haverá mais esconderijos seguros para sonegadores de impostos”.

Tributarista até há pouco cotado para o posto de ministro do Supremo Tribunal Federal, Heleno Torres diz que o mundo vive “a era dos tratados duros” em questões fiscais. E o Brasil, salienta, segue a maré. Em recente viagem à Itália para compromissos profissionais, conta, o assunto dominou algumas conversas. “Há uma adesão gigantesca do mundo à troca de informações. Este caminho não tem volta”, afirma o advogado, desconfiado de que a investida do FBI contra a Fifa contou com o apoio de troca de informações entre os EUA e a Suíça em matéria tributária.

O intercâmbio global terá impactos “revolucionários” também na área criminal, opina o secretário de Cooperação Internacional da Procuradoria-Geral da República, Vladimir Aras. Até hoje, diz, tratados tributários costumavam travar o uso de dados na esfera penal, barreira



“Não haverá mais esconderijos seguros para sonegadores”, anota a OCDE

inexistente agora. Segundo Aras, ex-integrante da força-tarefa que investigou a evasão de divisas pelo Banestado, as informações sobre contas no exterior terão serventia parecida com a da finada CPMF. Permitirão, por exemplo, detectar casos de enriquecimento ilícito e corrupção. Investigações como a da Lava Jato ficarão cada vez mais fáceis.

Enquanto os acordos globais não entram em vigor, a Receita teve de invocar um acordo bilateral com a França para pedir e obter o material sobre o caso HSBC. O material chegou em abril e passou por uma triagem inicial. Embora 8 mil contas estivessem sob suspeita, o Fisco identificou 1,7 mil com dinheiro, ao todo 5,4 bilhões de dólares de indivíduos. Um lote de 1,1 mil contas, entre empresas e pessoas físicas, ainda não pode ser identificado. Como o material

fornecido pelas autoridades francesas reúne dados até 2007, época em que os registros foram surrupitados do banco pelo denunciante Hervé Falciani, é difícil a Receita recuperar algum imposto. Cobranças só têm validade no Brasil se o problema for identificado até cinco anos antes. A Receita tenta, porém, descobrir indícios capazes de sustentar taxações com base no período de 2011 a 2014.

Os arquivos não podem ser utilizados em investigações de crimes como evasão de divisas e lavagem de dinheiro, por força do acordo bilateral. O noticiário sobre o assunto também não. Nomes e dados citados na mídia seriam anulados por qualquer juiz ou tribunal. Essas são as razões para as autoridades tentarem obter a papelada por conta própria na França, fonte oficial. Os contatos começaram em abril. Na terça-feira 2, peritos da Polícia Federal e do Ministério Público viajaram a Paris para aprender a decifrar o conteúdo dos informes. Os franceses levaram mais de um ano para entender o emaranhado de números e nomes.

Nem tudo, porém, motiva festejos. Particularidades do processo judicial no Brasil, diz Aras, com prazos curtos de prescrição de crimes e muitas possibilidades de retardo via recursos, desautorizam otimismo em excesso. ●